



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 176998 - RS (2021/0002520-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : **PAQUETA CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI - RS016581**
MARCELO BAGGIO - RS056541
JOAO PEDRO DE SOUZA SCALZILLI E OUTRO(S) - RS061716
AQUILES E SILVA MACIEL - RS109422
GABRIELA MÂNICA PASSOS - RS115511
Daniela De Andrade Fabro - RS115366
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA - BA**
INTERES. : **JACIARA ALMEIDA SANTANA**
ADVOGADO : **IRINEU BISPO DE JESUS NETO E OUTRO(S) - BA034752**

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência suscitado por PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA (RS) e o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA (BA).

Em 27/6/2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial da suscitante pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Sapiiranga. Foram suspensas as ações ou execuções contra a recuperanda (fls. 51-59).

Aduz a suscitante que, "em 15 de agosto de 2019, Jaciara Almeida Santana ajuizou reclamatória trabalhista (Doc. 02) em face de Paquetá Calçados Ltda., perante a 2ª Vara do Trabalho de Feira de Santana, BA, pleiteando o pagamento de verbas trabalhistas do período trabalhado na empresa, de 08 de julho de 2015 a 12 de junho de 2019. A reclamatória trabalhista tomou o n. 0000707-47.2019.5.05.0192" (fl. 4).

Alegou ainda que a referida reclamante manifestou-se nos autos da ação trabalhista informando a existência de valores bloqueados em ação cautelar que corre no Juízo da Vara do Trabalho de Conceição do Coité (BA), bem como postulando a transferência desses valores para o Juízo Trabalhista ora suscitado, a fim de que fossem liberados para o pagamento de seu crédito, o que foi deferido pelo citado juízo quando da prolação da sentença de procedência da reclamação trabalhista (fl. 72).

Aponta a existência de conflito positivo de competência e defende a exclusividade do Juízo da recuperação judicial – Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de

Sapiranga – para a adoção de atos constitutivos relativos ao patrimônio da recuperanda.

Postula, liminarmente, que "seja imediatamente obstada qualquer medida visando satisfação do crédito e suspensão qualquer liberação de valores para a credora trabalhista, no âmbito da reclamação n. 0000707-47.2019.5.05.0192" (fl. 14).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial sob a égide do Decreto-Lei n 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/2005 ou quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das citadas empresas devem ser realizados pelo juízo universal.

Todavia, na espécie, não estão preenchidos os requisitos da concessão da medida liminar postulada inicialmente, porque a reclamação trabalhista foi ajuizada após o processamento da recuperação judicial. Ademais, não há demonstração de que o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Feira de Santana (BA) tenha determinado atos de execução sobre o patrimônio da suscitante, que estejam na iminência de serem efetivados e capazes de caracterizar o *periculum in mora* autorizador da liminar postulada.

Nos documentos juntados, relativamente à Reclamação Trabalhista n. 0000707-47.2019.5.05.0192, há apenas a sentença, proferida em 21 de fevereiro de 2020, em que o magistrado autoriza o envio de ofício à Vara do Trabalho de Conceição do Coité, solicitando informações sobre saldo de bloqueio realizado em data anterior ao deferimento da recuperação judicial e, em caso positivo, que eventual quantia fosse colocada à disposição do referido juízo (fl. 72).

Assim, por não haver nos autos demonstração iminente da prática de atos constitutivos em desfavor da suscitante, *prima facie*, não se verifica a necessidade de eventual concessão da medida liminar.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo ministro relator.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vistas ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente